

Medos e silêncios em uma ordem violenta: Percepções de moradores de uma favela carioca sobre a "mineira" ¹

Wania Mesquita (UENF) e Jussara Freire (IBMEC-RJ)

Introdução:

O trabalho visa descrever e interpretar as percepções de moradores de uma favela carioca, sobre a "mineira", grupo de controle regulador da ordem social e territorial com poder de forças à margem da lei. Trata-se de entender quais são os diversos sentidos da presença deste grupo e, analisar os sentimentos subjacentes que organizam cognitivamente as experiências quotidianas de moradia neste local. Experiência singular, pois este grupo privado se coloca na condição de proteção aos moradores e/ou ao território. A partir da análise de entrevistas e grupos focais com moradores, aborda-se a experimentação de uma ordem violenta voltada - diferentemente daquela de outras favelas do Rio de Janeiro, nas quais a violência está relacionada ao tráfico de drogas -, para a limitação de riscos externos e internos (afastar o tráfico) e "transbordamentos" (diversos tipos de condutas inapropriadas para a sociabilidade local). Esta descrição permitirá compreender como o medo e as formas de silenciamento orientam as ações e as rotinas dos moradores desta favela.

Mais especificamente, o estudo pretende analisar o vínculo ambíguo – produto da presença da “mineira” - entre um território e seu morador, o qual sente “confiança” na ordem pacífica e ao mesmo tempo “temor” pelo fato desta ordem voltar-se, de forma contínua, para um regime de violência, afastando a possibilidade de crítica no espaço público. Descrever-se-á a trajetória segundo a qual a “A mineira” acaba por se estabelecer na localidade e suas ações quotidianas. Em um segundo momento, analisar-se-á as diversas percepções dos moradores sobre as implicações desta ordem na orientação das condutas. A experimentação

¹ A presente proposta origina-se da participação das autoras, como pesquisadoras-associadas, em pesquisa financiada pela FAPERJ e UNESCO, sob a coordenação geral de Luiz Antonio Machado da Silva. Em consequência, este artigo foi realizado a partir das trocas que tivemos com todos os membros da pesquisa. Gostaríamos de agradecer Luiz Antônio Machado da Silva, Márcia Leite, Luiz Carlos Fridman, Lia Rocha, Juliana Farias e Itamar Silva.

de uma ordem violenta será analisada a partir das gramáticas políticas, dos repertórios que se voltam para uma justificação ambivalente de “tranquilidade e paz”, isto é, de um regime de ação específico a esta ordem violenta que estabelece todo o processo de sujeição, risco e medo aos moradores.

Os moradores da favela em questão que conhecemos ao longo do período do nosso trabalho de campo afirmavam, de forma consensual, que esta favela era relativamente tranquila. De um lado, a tranquilidade era sempre associada ao sentimento de proteção, derivada do controle territorial da “mineira”. Por outro lado, os seus gestos e palavras eram muitas vezes acompanhados de sentimentos contraditórios quanto à forma de manter a paz. Medo e temor (mais do que respeito) – através de silêncios, de evitações, ou de “quase indignações” - traduziam os sentimentos destes moradores em relação aos garantidores da ordem. Este é o alto custo da preservação de uma ordem pacífica no interstício de uma ordem violenta, que fundamenta as práticas de ordenamentos social.

Decerto, a “Mineira” impõe aos moradores do local a experimentação de uma ordem privada, na qual os protagonistas desta milícia encontram-se em situação contínua de justificar a violência como meio de garantir uma sociabilidade pretensamente livre de perigos do tráfico e de diversos tipos de condutas consideradas moralmente impróprias. A questão que pretendemos explorar adiante se refere às modalidades e/ou limitações de ações dos moradores no quadro de um universo cujas gramáticas violentas organizam as experiências quotidianas dos moradores desta favela.

A “mineira”: reconstituição da trajetória de um controle territorial a partir de relatos de moradores.

No final da década de 60, aparece a idéia de que alguns moradores, através do controle e vigília, buscaram frear a criminalidade (roubo, furto, estupro, etc) na favela. Nesta época a área mais antiga contava com aproximadamente 130

famílias. Nesta ocasião surgiu a “mineira”, quando um comerciante foi assaltado e ferido com um tiro; motivado pelo acontecimento, juntou-se a outras pessoas para eliminar os “vagabundos” da área. Alguns moradores relataram que isto estaria associado à valorização do trabalho, coragem e valentia do morador imigrante nordestino como um dos elementos aglutinadores do processo de identificação local.

Quase uma década após o surgimento da favela, no final da década de 70, um outro grupo de moradores se juntou e fundou a Associação de Moradores.² Neste período, segundo os moradores, a “mineira” tinha um campo de atuação muito delimitado: evitar furtos, patrulhar as ruas e, sobretudo, reprimir qualquer tentativa de estabelecer o tráfico na comunidade. Contudo, a Associação de Moradores tinha uma ação distinta e distanciada da “mineira”. Como exemplo destas delimitações, pode-se lembrar que o movimento reivindicatório colocou medidores de energia elétrica nas residências.

Em meados da década de 80, novos atores passaram a participar das atividades da Associação de Moradores. Com desacordos internos, dois dissidentes lançaram a candidatura de um comerciante. Após a eleição, estes dois protagonistas se tornaram presidente e secretário-geral da Associação. Neste período, as ações das lideranças e dos moradores se direcionaram de forma mais pronunciada para a garantia de seus direitos e de suas conquistas em torno da moradia, infra-estrutura etc.

Nesta época, a “mineira” continuava se mantendo à margem das atividades da Associação, que direcionava atuações para melhorias das áreas já ocupadas na favela e organização de ações para outras, ainda sem moradores. O critério da ocupação continuou sendo o das pessoas que pagavam aluguel e foram cerca de 400 famílias para a área a ser ocupada.

² Inicialmente a Associação de Moradores não possuía sede, sendo as reuniões realizadas nas casas dos moradores; posteriormente, escolheram um local na favela e construíram um barracão de madeira, onde passou a funcionar a sede.

A ocupação de uma das áreas da favela é um divisor de águas na vida da localidade, pois é nesse momento de conflito dos moradores com a polícia que se juntaram à Associação outros grupos locais, inclusive outros membros da “mineira” externos à favela, e que de certa forma, também se aproveitou do momento, para dar segurança aos moradores da região. A proteção dada pela “mineira” aos moradores foi fundamental, porque a partir deste momento o grupo se achou no direito de fazer uso da Associação de Moradores “em favor” de seus interesses particulares. Ademais, houve uma cisão no grupo que estava à frente da Associação de Moradores até este momento. Mesmo tendo conseguido o terreno almejado, não houve acordo por parte das lideranças quanto aos estabelecimentos comerciais e religiosos na área, que foi pensada como estritamente residencial. Apesar de duas lideranças serem contra, um que era proprietário de um comércio se colocou favorável e nas eleições para a presidência da Associação de Moradores rompe a chapa constituída pelo grupo e lança uma chapa apoiada pela “mineira”.

A campanha eleitoral para a Associação caracterizou-se por ameaças e intimidações por parte da chapa apoiada pela “mineira” que perdeu as eleições. Até este momento, a filiação à Associação de Moradores era de caráter voluntário, e só os associados participavam da eleição, e pelo clima de tensão muitos não votaram. No entanto, a chapa, não aceitando a derrota, entendeu no processo definindo o prolongamento do tempo de votação, dando à chapa aliada, a “mineira”, como vitoriosa. Segundo os moradores, a partir deste momento a “mineira” passa a controlar a Associação de Moradores e estabelecer uma atuação violenta na favela.

As atuações da “mineira” são evidenciadas, com o uso da Associação de Moradores, para fins eleitorais, com as lideranças apoiando determinados candidatos em troca de favorecimentos pessoais. Entretanto, o presidente, que tinha o apoio da “mineira”, no final do seu mandato foi avisado de que o novo

presidente seria um integrante da “mineira”. O grupo já não quis ser mais coadjuvante, desse momento em diante, seria o protagonista. Apesar de resistir e tentar articular uma chapa opositora à “mineira”, não teve êxito: foi expulso da favela e teve a casa e os seus estabelecimentos comerciais tomados pelo grupo. Nesta época, se inicia um dos momentos mais violentos da história da favela. O líder da “mineira” à frente da Associação foi assassinado³, e sua mulher passou a ocupar a presidência, iniciando “uma época de terror na comunidade”. Entre o final da década de 80 e os primeiros anos da década de 90 ampliou-se a espiral da violência, passando a ocorrer vários assassinatos comandados por ela. Era o extermínio físico de qualquer opositor.

O domínio do espaço pela “mineira” passa a ser maior na medida em que se amplia o uso da força e a “expropriação” de bens dos moradores, tomada de barracos e venda de lotes, além da extorsão dos moradores, como a que se realizava através da cobrança de altas taxas pela água. Além disso, tornou-se obrigatório filiar-se à Associação, e apenas quem era filiado tinha direito à água.

Alguns desdobramentos da atuação da presidente levaram ao seu assassinato. Com a sua morte, assume o vice-presidente que, segundo os moradores, embora fosse da “mineira” não agia com uso ostensivo da força em situações repentinas e inexplicáveis. Mas, ao tentar ser reeleito num quadro que incidia sobre ele a acusação de desvio de donativos à população da favela atingida pelas enchentes, muda-se a correlação de forças de apoio a sua candidatura, inclusive de políticos externos à favela, e disputa a eleição com outro candidato, que foi uma das pessoas expulsas pela ex-presidente. Mas apesar de ter saído da comunidade, não se desligou totalmente da mesma nem abandonou seus contatos com agentes policiais. Ao retornar o candidato ganhou as eleições e posteriormente se elegeu vereador. Hoje, segundo os entrevistados, apesar de não estar na presidência da Associação, tem forte influência na diretoria atual.

³ Segundo muitos moradores, a sua mulher foi a mandante, levada pela sede de poder.

Na medida em que a “mineira” passa a ocupar a Associação de Moradores, ampliam-se os seus mecanismos de controle territorial (funditário/imobiliário) e os serviços privados através da coação física, extorsões, apropriações indébitas, e extermínios. A estrutura e organização do poder da “mineira” se configuram a partir da atuação de uma polícia privada local, que estabelece um sistema de relações econômicas (comercial e financeira) operada na transgressão, o que nos permite pensar em uma espécie de capitalismo aventureiro (Weber, 1996). A atuação tática de obtenção e manutenção do poder na localidade segue uma lógica de acumulação de bens econômicos e políticos, exercido de forma multifacetada e tentacular.

***Fronteiras turvas entre a atuação da Associação de Moradores e a “mineira”:
A cobrança de taxa.***

Como vimos anteriormente, os desdobramentos das ações da Associação de Moradores implicaram uma aproximação cada vez maior em relação àquelas da “mineira” ao passo das fronteiras entre estes dois protagonistas se confundiram. O processo desta trajetória, marcado pela confusão de fronteiras de atuação, se conclui pela legitimação da “mineira” através da ocupação de espaço que ela conquista na Associação.

Desde então, os seus empreendimentos se orientam na direção de um recurso rotineiro da força para obter interesses econômicos e para controlar (monopolizar) áreas inteiras de atividades altamente lucrativas. Alguns exemplos podem ilustrar este ponto: a Associação exerce o controle das vendas de botijões de gás de cozinha, que são subsidiados aos moradores de favela. Ou ainda, ela administra as cobranças do comércio local pela proteção contra roubos e furtos. Aos poucos, o controle se amplia a muitas das esferas da vida quotidiana dos moradores do local.

A profusão de taxas representa, ao mesmo tempo, a forma de mensurar a extensão do controle da mineira. Mas pode-se observar que estas taxas e o

conseqüente controle derivado dela, por maior que seja a conseqüência sobre o orçamento dos moradores, gera um movimento discursivo e emotivo singular e abafado, que não toma a forma definida de uma indignação ou de uma denúncia. Diante da forma de preservar este controle, a submissão ao pagamento de taxa se torna o único recurso possível:

Não ter assaltos dentro da comunidade, ladrão roubando e essa coisa toda fez com que eles tivessem o direito de criar uma taxa, uma taxa para cada comércio. Aí o que acontece? No início era o comércio, depois eles passaram a controlar as máquinas de jogo. Tem uma taxa para cada máquina de jogo que tem. Cada mesa de sinuca tem que pagar a eles uma taxa, entendeu? Casa coisa que você abrir tem que pagar a eles uma taxa e eles estão trabalhando para criar uma taxa para quem tem casas alugadas, não está instituído não, mas escutei falar que o desejo futuro deles é criar a taxa. Outra coisa, passar a controlar o transporte alternativo totalmente. [Helena]⁴

Vincularam todo o comércio a uma taxa, uma taxa de proteção, vincularam os ambulantes, as feiras, então eles vincularam assim ... Eles pagam essa coisa pra eles, depois mais recente veio o pessoal também é vinculado a associação... Moto táxis, moto táxis também. É tudo da RP, a cooperativa RP. [Eliane]

Eu botei os meus meninos (na creche da prefeitura) tinha dois anos, eu tive que me associar. Aí pagava, além da carteirinha que eu pagava, eu era sócia, tudo bem, tive que me associar pra ter o meu filho lá. Mas eu pagava quinze reais por cada criança todo mês, tinha um carnezinho que eu pagava, eu botava como pago e pagava o carnê por fora. [Maria –grupo focal de moradores sem atuação com a Associação de Moradores]

Mais ainda, em situações de entrevistas, particularmente quando os moradores apresentam a atuação da “mineira”, alguns formulam, de um lado, certos argumentos que parecem se direcionar no sentido de uma justificação das

⁴ Para preservar o anonimato e os termos do que foi decidido com os protagonistas do meu trabalho de campo, alteramos nomes, datas e determinados lugares. Em alguns momentos, também alteramos sensivelmente certos fatos que me pareceram envolver situações, que também ofenderiam este acordo. Não cremos que estes cuidados, derivados de exigências éticas, tenham afetados a fidedignidade da descrição apresentada.

taxas, como se elas fossem um mal necessário, o único recurso para manter o estado de paz do local. Por outro lado, outros criticam, ainda que não diretamente, o recurso à força da “mineira” quando estabelece estas cobranças. Quem não se submete a este pagamento se expõe ao risco do uso da força, pela própria “mineira” e, neste sentido, o pagamento da cobrança se apresenta como uma proteção forçada:

[...] o que acontece, tem morador, por exemplo, tem que pagar para ter um comércio seguro, então a gente entende que bandido não entra na comunidade dele para assaltar na (favela), por que? Porque paga para a mineira.. Mas eles são assaltados, então a gente imagina que são os próprios da mineira que mandam os de lá assaltarem aos que não estão pagando.. Todo mundo sabe disso, só eu assim as pessoas não se unem, e se unir vai procura qual, a policia? Não tem, não tem. [Naiara]

O conjunto de relatos apresentados até então não somente apresenta as formas segundo as quais o controle da “mineira” se organiza, mas também evidencia os pontos de vistas destes moradores submetidos a esta ordem. Evidencia a dificuldade de se tornar voz nestas situações quotidianas regidas pela força e parte do trabalho cognitivo que é preciso operar para agir em uma ordem violenta.

O silêncio como voz

A primeira casa que Joselina alugou, recém chegada do nordeste, no final dos anos 70, estava localizada no Morro de São Carlos. Trabalhava próximo ao seu local de moradia e seus filhos nasceram ali. Quando ela descreve este lugar, Joselina aciona este laço de proximidade, de familiaridade (em vários sentidos, ela tinha mais familiares que residiam nesta favela de que o local onde mora atualmente, para onde se mudou mais tarde). Mas a familiaridade também diz respeito ao próprio espaço, familiar por haver morado ali durante anos e grande parte de sua experiência social estar relacionada com aquela localidade e suas adjacências) e afetivo (Joselina insistiu no fato de que “gostava” de morar lá). Depois de duas idas e voltas entre o Morro de São Carlos e a favela onde mora

(tem irmãos nas duas localidades), ela saiu da situação de inquilina e comprou sua casa atual com o dinheiro que economizou nos seus dois trabalhos. Ela não justifica explicitamente esta escolha, mas o entusiasmo pelo local segue de forma quase imediata sua primeira experiência de assalto no Morro de São Carlos, que acaba sendo a razão de sua mudança para a outra favela.

Embora esta seja uma característica de seu tom de voz, Joselina fala particularmente baixo ao longo destes primeiros minutos de grupo focal. Uma timidez que se deve provavelmente ao fato de dirigir-se a desconhecidos. Uma das duas moderadoras do grupo focal pediu para Joselina falar mais alto, para que pudesse ser gravada de forma audível sua fala, mas o tom de voz continua particularmente baixo e os seus olhares parecem evitar, em várias seqüências, uma confrontação. Quando a pesquisadora lhe pergunta se o comando no local é operado pela “mineira”, Joselina responde imediatamente: “graças a Deus ali não tem perigo!”. Em outra seqüência da situação de grupo focal, ela descreveu detalhadamente a recusa da “polícia mineira” intervir quando ela foi violentada pelo seu marido. Contudo, não aparece, nas falas de Joselina, uma forma de indignação referente a esta recusa e tampouco sobre a atuação desta forma de regular a ordem social.

Estes silêncios, que entrecortem as falas de muitos moradores da favela, não podem ser entendidos apenas como uma mera evitação ou fuga. Eles constituem uma das gramáticas de ação para as pessoas que moram no local Um momento de auto-avaliação sobre o que é dizível ou não dizível. Dessa forma, esses silêncios traduzem a consolidação de uma ordem pacífica mantida à custa de uma ordem violência. Em um tipo de ordem violenta que se configura na base de uma ameaça permanente ao uso da força, o inefável se torna um dispositivo central que organiza as interações, com quem é de fora, bem como com quem é de dentro. Em outras situações, o silêncio pode ser entendido assim, como uma crítica muda ao recurso à violência e dele escapa, por vezes, algumas palavras, como veremos nas sessões adiante.

Apaziguamento violento: uma favela tranqüila?

Outra parte destas operações cognitivas pode ser analisada à luz de outro território controlado pela “mineira”: os espaços de lazer. O principal espaço de lazer da favela é a casa de shows da favela, que realiza apresentações de sambistas, pagodeiros e, principalmente, de *funkeiros*. Esta casa apresenta a singularidade, em relação a outros espaços semelhantes de outras favelas, de ser freqüentada por “estrangeiros” e esta presença não gera sentimentos de estranhamento. Com efeito, o *local* atrai personalidades públicas (ex-jogadores de futebol, por exemplo) e jovens de classe média alta de bairros adjacentes à favela. Esta presença estrangeira leva, inclusive, os moradores da favela a classificar este espaço como o “Cartão de Visita” da localidade. Vale ressaltar que esta classificação se acompanha de uma apologia do sentimento de segurança que seria característica do local. Por sua vez, este sentimento é definido a partir do contraste do sentimento de insegurança que seria vivenciado em outras favelas. A definição da tranqüilidade e da possibilidade do estrangeiro freqüentar este espaço convida para uma mais reflexão mais ampla sobre a livre circulação possível na favela e não em outras favelas (Goffman, 1988 e Elias, 1993).

Desta forma, em outras favelas, a restrição da circulação, particularmente dentre os jovens, se relaciona com a identificação dos moradores a uma facção de tráfico, o que é contornado na favela. Em outras favelas, o público de um baile funk freqüentemente depende da favela onde o evento é organizado, da facção de tráfico de drogas que controle os territórios. Neste sentido, a circulação inter-favelas é delimitada por *fronteiras invisíveis* (Freire e Farias, 2007) que restringem os deslocamentos quotidianos (mais notavelmente dentre os jovens). Pode-se observar este movimento num relato de um morador que insiste na abertura dos bailes funks do local em relação aqueles de outras favelas. A livre circulação decorrente da ausência de tráfico equivale em categorizar a favela como um espaço neutro de conflitos:

[...] as pessoas dos outros bailes funk, eles são muito para as comunidades, por exemplo, o baile funk da Vila Aliança, ele é para a galera do Vila Aliança. Você pode ir num ou outro, e não chega nem a uma porcentagem de 2% os de fora, é para a galera dali. Baile funk na Penha é para a galera dali, mas aqui não. Na época aqui era para Rio de Janeiro todo vir para cá, era tipo um campo neutro aqui, entendeu? Então vinha muita gente mesmo. [Carlos]

Assim, o lugar onde se realiza o baile funk na favela permite compreender como se elabora discursivamente o sentimento de segurança, que garante esta livre-circulação, pelo menos por parte de quem é externo a favela. Ao mesmo tempo, observa-se também que esta operação se sustenta no contraste dos moradores em relação a outras favelas. De certa forma, a comparação se apresenta, como uma justificação, para “um fora”, da ordem violenta e paradoxalmente pacífica da favela, já que o lugar é controlado pela “mineira”.

Mas a evocação da paz e da tranquilidade se encontra em muitas outras esferas da vida cotidiana dos moradores da favela.

“(...) Legal, não ter roubo, não ter droga, poder criar os filhos aqui dentro sem ter, estar preocupada que alguém pode virar aviãozinho, que não é como em outras comunidades que garoto de 10,12 anos está sendo conquistado pelo tráfico de drogas” avalia Josué para explicar ao pesquisador as vantagens do lugar. Ele prossegue: *“Não tem o sentimento de sair para trabalhar e voltar e tendo o filho com envolvimento, indo pra bailes. Essa é uma coisa que você não pode negar. Você não vai encontrar com facilidade, numa cidade grande como a nossa um negócio desses e acaba tendo uma certa estabilidade”*.

As palavras de Josué caracterizam o conjunto de relatos de moradores quando encontram-se em situação de explicar ao estrangeiro, no caso, ao pesquisador, a presença da “mineira”. Para a maioria dos moradores, trata-se de meio que permite garantir a paz. E esta paz, por sua vez, leva os moradores explicitar um sentimento de orgulho em relação ao lugar onde mora. Um sentimento que se intensifica quando esta favela é apresentada publicamente como pacífica: *“[...] tem reportagens do O Globo dizendo que a favela é uma das*

únicas, se não a única, que não tem tráfico e que você pode transitar dia e noite sem problemas”, narra Marieta.

O jornal aparece como um dispositivo que, por contágio, enobrece e engrandece a favela apaziguada. Mais ainda, ele permite aos moradores serem reconhecidos público e nacionalmente distintamente das outras favelas do Rio de Janeiro, as quais adquiram visibilidade através dos conflitos derivados do tráfico de drogas:

O Globo que teve lá que falou que (a favela) é uma comunidade que não tem tráfico de drogas. A gente sabe que a Globo funciona no mundo inteiro. As pessoas conhecem a história (da favela), só que acontece o seguinte: quem hoje em qualquer canto desse Brasil, não conhece, não ouviu falar (da favela)? [Marinaldo]

O Globo Repórter foi lá(na favela), aí mostrou o programa das outras favelas e colocou lá(na favela): “Única favela sem tráfico de drogas!” No outro dia, a associação tava assim, ó, tava assim, gente que quer comprar casa, gente que quer alugar casa. [Lúcia]

A favela apaziguada é a favela sem tráfico, seja para esses moradores, seja para os de fora que buscam alugar uma casa após a divulgação da notícia, seja ainda, para os meios de comunicação quando elaboram matérias sobre a vida do crime. Assim, a promessa de uma ordem social sem tráfico participa da legitimação da “mineira” externa e internamente. Mas a justificação desta ordem não se realiza sem contradições, pois, quem é de dentro conhece as contrapartidas desta ordem violenta.

A violência apaziguadora: o esculacho

A justificação da presença da “mineira” não caracteriza, contudo, o conjunto de situações vivenciadas pelos moradores da favela. Um movimento de crítica à sua atuação surge no momento em que os moradores passam a estabelecer classificações entre o “certo” e o “errado” e delimitam fronteiras de ação da Mineira: até onde pode atuar a “mineira”?

As situações de esculacho, medida repressiva da “mineira” para quem desvia das regras estabelecidas por ela, constituem os principais momentos em que se estabelecem a crítica dos moradores em relação a “mineira”, quando os moradores são submetidos a atos e sentimentos de humilhações *não justificáveis*. Em outros termos, a crítica se explicita quando o sentimento de segurança que caracteriza o estado de paz é abafado pelo sentimento de humilhação e pela vivência de um sofrimento físico.

A “mineira” submete o desviante à humilhação, em vias públicas ou no espaço doméstico, assim como interferências nos gostos e condutas no espaço doméstico. São nestas situações (e unicamente nestas) que os entrevistados reorientam suas falas, deixando transparecer suas indignações. Estas ações são condenadas quando a “mineira” pratica “o esculacho” e “a surra”, ou seja, quando é colocado em prova, internamente, o estado de paz da “mineira”. Ainda assim, os moradores que descreveram estas experiências pareceram estabelecer uma sub-classificação quanto ao lugar onde foi dada a surra. A invasão o espaço doméstico caracteriza certamente a maior gravidade da forma de violência, uma vez que a casa é, a princípio, o único território onde a “mineira” não pode atuar, como vimos no início deste *paper* a partir do exemplo da não cobrança de taxa de espaço comercial situado na casa:

[...] eles lá eles emprestam dinheiro. Aí o meu tio foi pedir dinheiro emprestado, só que o meu tio ainda não pagou, aí eles foram na minha casa, eu tava com o meu tio. Só que aconteceu de meu primo tá na minha laje, ouvindo o CD de proibidão, e eles não gostam que CD de proibidão fala de facção. Aí eles invadiram a minha casa e bateram no meu primo. Aí falou com a minha mãe: “Eu só não mato ele por consideração à senhora, porque eu tou dentro da casa da senhora.” Mas aí, e levou o CD e quebrou o CD. Assim, eu já achei errado de eles terem entrado na minha casa e terem batido no meu primo. Porque é assim, se você tá dentro da minha casa a gente ouve o que a gente quiser. Se eles gostam ou não isso é problema deles, entendeu? Aí eu já acho que eles não têm o direito de invadir a casa dos outros pra poder bater, (?) matar por nenhum tipo de música. [Julieta]

Um outro morador, músico, disse que recebeu um comunicado – “aviso” – para que parasse de tocar o instrumento porque um agente da “mineira” entendia que o som do instrumento incomodava outros moradores.

[...] já mandaram recado pra eu desistir, não parei de tocar o instrumento, só que eu tocava assim até um horário, hoje em dia eu tento tocar só durante o dia e se estender, no máximo vai até sete horas. Mas foi um jeito de eu, pra mim pensar, a minha mãe ficou assim super amedrontada, aí eu falei: “Não, se a gente abaixar a cabeça”... [Anderson]

Contudo, em caso de delações de um dos moradores de uma casa, que recorre à “mineira” como forma de administrar seus conflitos domésticos e encontra nos seus representantes uma forma de conciliação sem uso ostensivo da força: *“existe brigas de vizinhos que geralmente comparecem à Associação, briga de marido e mulher que dá tapa na cara, essa coisa toda, e eles tentam na social para poder evitar um dano muito grande”*.

Ainda assim, mesmo nos casos de violência doméstica, a “mineira” pode voltar-se a resolução do conflito pela força dependendo da gravidade do ocorrido;

[...] O que eu acho errado é quando extrapola. Por exemplo, uma mulher que está apanhando e apanhando e apanhando e um belo dia chega lá e fala e o cara vai lá e leva um pião redondo e some, some desaparece do mapa e vai pro próprio estado porque não pode entrar aqui de novo. Foi feita a justiça, foi? Foi feita a justiça dos homens, não literalmente a justiça política, implantada, o judiciário.[...]. a menina falou o seguinte, que o pai estava batendo na mulher, e o cara adorava bater, e chegou lá falando que ia tocar fogo na mulher e fogo nas crianças, em dois segundos, entraram e o cara sumiu, botaram pra correr. [Ana]

Mas a surra e o esculacho são repressões quase certas quando moradores consomem drogas na favela. Se o recurso à força era muito mais violento há alguns anos, observe-se um movimento mais “permissivo” quanto à natureza da sanção. Contudo, as experiências anteriores parecem ser também acionadas como avisos e, neste sentido, elas evitam medidas mais radicais:

[...] a policia mineira que eles falam, é o que tinha, que age por aí, mas aqui em cima graças a Deus, não. Quem fumar maconha e eles souberem ou ele foge com eles, manda sumir, não aparecer, ou se aparecer pode contar com a morte deles, acham eles com a boca cheia de formiga. [Antônia - Entrevista]

Por fim, a sentença para algumas práticas desviantes, particularmente o contato com drogas, pode também significar uma expulsão:

[...]acabaram com o tráfico de drogas. E se pegar eles fumando mandam, eles dão aviso e mandam sumir, se for o caso passar um mês, dois meses daqui a pouco aparece morto. Aqui mesmo mataram ali, mataram aqui num beco aqui, tem um beco aqui.. era aqueles fogos, não fogos que eles soltam, aquela rajada ... mataram um menino”, eu falei “quê é isso!” - “É nada”, ... todo mundo correu aqui para o beco... [Ana]

[...] eles (alguns jovens) estavam discriminados pelos caras, jurados, mas aí eles começaram a andar corretos, respeitavam os horários. Tem isso também, quando o cara está jurado não pode andar a qualquer hora na rua, ficar na madrugada de bobeira. [Pedro]

A humilhação na publicidade e na proximidade

O controle da “mineira” se exerce na interseção do espaço público com o espaço vivenciado como próximo - e não privado, porque o “esculacho” na rua diante de “próximos” (vizinhos, familiares, conhecidos) é qualificado como uma forte humilhação. Na favela, o espaço privado ultrapassa o espaço doméstico: a rua, as calçadas, a praça, o bar, o botequim próximos à residência não são totalmente estanques do público. A própria dinâmica social apresentada no conjunto de depoimentos nos sugere que a vida privada é vivenciada na busca do equilíbrio entre estas duas instâncias.

[...] lá onde eu moro tinha um vizinho lá que parece que ele estava trazendo droga lá pra dentro da comunidade e estava distribuindo para os colegas lá de dentro. Mas aí o que aconteceu? A mineira veio deu uma coça nele na frente dos dois filhos deles. Um tem doze anos, o segundo tem dez anos. E ele não quis nem saber, na frente

da esposa, bateu mesmo e expulsou ele também da comunidade. Não deixou ele ficar mais lá. Expulsou. Então acho isso que isso também é covardia também, acho que se eles querem bater, acho que eles devem levar as pessoas pra algum lugar e bater, não bater na frente das crianças que as crianças não tem nada a ver com isso, acaba sofrendo junto com o pai. [Paulo]

A família é compreendida como uma unidade totalizadora da conduta dos indivíduos. A demarcação nítida de papéis vem reforçar este intuito - missão de pai, provedor; missão de mãe, a educação dos filhos e a manutenção da ordem do lar -, conferindo-lhes uma autoridade indiscutível. Entretanto, a autoridade parental dilui-se na medida em que não é capaz de orientar as condutas dos seus membros nos diferentes espaços exteriores à família, isto é, a noção de respeito e obediência às regras da “mineira”. Dessa forma, identifica-se uma valorização das normas da “mineira”, contudo, isto não representa a extinção do grupo familiar como primeira estância disciplinadora. A função deste seria justamente cuidar dessa “permanência da ordem”.

[...] Aqui não tem boca-de-fumo, mas os que são viciados é grande. É normal a gente ver e saber que eles apanham dos fiscais quando extrapolam, lógico, tem pessoas que são corridas, então o que acontece? “que estava fazendo coisa errada”. Não, eu acho que realmente o erro é do pai, do pai e da mãe. (Pedro)

Percebe-se, portanto, que a orientação de condutas dada às crianças e adolescentes tem como ponto de partida a interação social estabelecida pela forma como a “mineira” regula as relações na favela, de modo que a intervenção se dá no sentido de adequar as condutas infantis e juvenis as regras estabelecidas no território e evitar situações de repressão que podem afetar até mesmo a sua permanência na favela.

Os esculachos justificados

Outra moradora da favela justifica a ação da “mineira” pelo fato do morador “esculachado” ter fumado maconha, por ter desrespeitado não somente as regras locais, mas também aquelas que são compartilhadas pelos outros moradores, códigos tácitos que garantem a redução da exposição à violência (não consumir droga no local, por exemplo). Após descrever o esculacho, esta pessoa deixa escapar: “também, ela aprontou!”. “Aprontar”, romper com as regras coercitivas de ação do território, se torna nestas situações um “discurso ao contrário”, que reforça o ajustamento:

“Um amigo meu também chegou a apanhar, assim... da mineira... Mas tudo bem que ele aprontou, né. Foi fumar maconha e contaram pros caras da mineira, eles levaram uma surra com taco de beisebol no meio da rua assim, na frente de todo mundo assim”.

Este relato é semelhante a muito dos outros moradores da favela. Em alguns casos, percebe-se que certos entrevistados começam esboçando algumas críticas em relação ao esculacho, mas estas “quase indignações” recaem rapidamente na justificação da ação da “mineira”. Para melhor compreender os recursos mobilizados durante esta operação a crítica, propomos ordenar parte do depoimento de um morador em seqüências comentadas:

Ordem da seqüência	Depoimento do morador	Comentário sobre a construção
1ª Seqüência: elementos básicos a partir dos quais o morador começa a fundamentar a crítica da ação da “mineira”	Quando a coisa tá prejudicando aos outros indivíduos da comunidade, eles acham, eles se sentem nesse papel de proteção e de organização, eles podem se achar dentro da razão, mas invadir uma casa, assim, um lar de uma pessoa pra tentar uma pessoa (?) como fazer, isso é a pior parte de que pode acontecer em relação a eles se sentirem.	<i>Uso do pronome: “eles”, alvo da crítica, o perseguidor</i> <i>[eles] designa a “mineira”, de forma despersonalizada, o agente violento.</i> <i>Tópico que poderia sustentar a denúncia: a invasão da esfera doméstica.</i> <i>Avaliação do nível do ato condenável da crítica: “Pior parte”.</i>

2ª seqüência: Início reversão indignação	de da Mas como ela falou, infelizmente foi na frente dos filhos, né, a pessoa tá trazendo drogas e tá distribuindo, quer exemplo pior pros filhos do que ele tá distribuindo as drogas pras pessoas?	[Mas]: anuncia um recuo paulatino com a preservação do teor da crítica <i>[infelizmente foi na frente dos filhos]</i>. <i>Argumento 1 que reconduz a indignação para o campo da justificação da ação violenta: trazer drogas no território.</i> <i>Argumento 2: redistribuir a droga para os jovens da vizinhança.</i>
3ª seqüência: “asfixia” indignação reversão crítica. Legitimar ação “mineira”.	da e da a da Isso é um exemplo pior do que um pai apanhar, eu preferia ver o meu apanhando do que vê-lo distribuindo drogas, assim, eu já entendo as coisas, não sei a faixa etária das crianças. Mas quando é nesse aspecto aí, de uma pessoa que tá nesse tipo, vamos dizer de infração, acho que tem um ponto positivo, que tá prejudicando um indivíduo, mas toda a comunidade tá, no geral, tá levando alguma coisa de benefício, de benéfico que tá acabando com o traficante, pode aparecer preconceito, mas realmente o tráfico acaba com a nossa juventude, com a nossa juventude.	Transposição da condenação do “eles”/ “mineira” para o [eu] que se coloca aqui como juiz avaliador moral da situação e opera uma reversão da vítima em função dos seguintes argumentos: 1. ai torna-se o perseguidor/infrator/em busca de benefícios; 2. ujas perseguidas/vítimas são as crianças (prejudicadas); Conclusão final e avaliação moral que invertem o quadro anterior e, com isso, legitima a intervenção violenta: “o tráfico acaba com a nossa juventude” . Peso da avaliação com o recurso a repetição.

Este breve exemplo evidencia uma condenação moral das drogas que é um princípio superior à condenação da violência física. Enquanto a condenação às drogas é universal, a condenação da violência é contingente e situada. Esta última depende da natureza das ações e situações transgressoras. Neste sentido, esta análise indica que mesmo quando se opera um movimento de crítica, o princípio superior que orienta esta condenação acaba, em um movimento paradoxal, preservando a “mineira” da crítica. A “mineira”, ao condenar a droga, define este

princípio superior comum, que implica na associação dos traficantes ou de usuários de drogas com a “sujeira” (Douglas, 1976, 1992). Sendo este o princípio superior, comum a todas as pessoas que agem nesta ordem, então, é possível tentar fechar os olhos sobre a violência logo após tê-los abertos e, assim, justificar a presença da “mineira” ainda que baseada no sentimento de medo e (in)segurança.

Considerações finais:

As distintas ramificações da violência por parte da “mineira” como parte constitutiva de seu controle sobre o cotidiano da favela estabelece aos moradores do local a experimentação de uma ordem privada, na qual os agentes da “mineira” encontram-se em situação contínua de justificar a violência como meio de garantir uma sociabilidade pretensamente livre de perigos do tráfico e de diversos tipos de condutas consideradas moralmente impróprias. O silenciamento presente entre os moradores em torno de muitas das práticas da “mineira”, não podem ser entendido apenas como uma mera evitação ou fuga. Ele constitui uma das gramáticas de ação para as pessoas que moram na favela (Boltanski, e Thévenot, 1991). Um momento de auto-avaliação sobre o que é pode ser dito ou não dito em determinados contextos. Dessa forma, esses silêncios traduzem a consolidação de uma ordem pacífica mantida à custa de uma ordem violência. Em um tipo de ordem violenta que se configura na base de uma ameaça permanente ao uso da força que organiza as interações para dentro e fora da favela (Machado da Silva, Leite e Fridman, 2005) Mas em outras situações, o silêncio pode ser entendido, como uma crítica sem ruídos sobre o recurso à violência, evidenciando a dificuldade de se tornar voz nestas situações quotidianas regidas pela força e medo e parte do trabalho cognitivo que é preciso operar para agir em uma ordem violenta.

Referências bibliográficas

BOLTANSKI, L. e THÉVENOT, L. *De la justification – Les économies des grandeurs*. Paris: Gallimard, 1991.

DOUGLAS, Mary *Pureza e Perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

_____. *Risk and Blame. Essays in Cultural Theory*. New York: Routledge, 1992.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

GOFFMAN, E. *Les cadres de l'expérience*. Paris: Minuit, 1991.

GOFFMAN, E. *La mise en scène de la vie quotidienne*. Paris, Minuit, 1973.

MACHADO DA SILVA, L. A.; LEITE, M. P.; FRIDMAN, L. C. “Matar, morrer, civilizar: o problema da segurança pública”. *Mapas* (Monitoramento Ativo da Participação da Sociedade). Ibase/Actionaid/Ford Foundation Cdrom: Rio de Janeiro, 2005.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*: São Paulo, Pioneira, 1996.